

## Judiciário busca reparação de danos da tragédia de Brumadinho

No dia 25 de janeiro de 2019, o rompimento da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), onde a mineradora Vale depositava rejeitos da atividade, provocou a morte de 272 pessoas, sendo que 11 ainda estão desaparecidas. Desde então, o sistema de Justiça busca mitigar os impactos humanitários e ambientais desse que é considerado o segundo maior desastre industrial do século e o maior acidente de trabalho da história do Brasil.

Ricardo Stuckert



Ricardo Stuckert **Judiciário busca reparação de danos da tragédia de Brumadinho, em Minas Gerais**

As repercussões do caso no Judiciário são acompanhadas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público que, em parceria, desenvolvem o Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão. Dados do Painel de Acompanhamento de Processos apontam que já foram abertas mais de 5,2 mil ações nas esferas Estadual, Trabalhista e Federal.

De acordo com a conselheira do CNJ Maria Tereza Uille Gomes, a atuação do Observatório Nacional busca identificar e gerir, com rapidez e transparência, as informações processuais sobre casos de grande repercussão social e de alta complexidade. “Nossa atuação visa estimular a celeridade no Sistema de Justiça para resolução desses grandes casos. Além disso, trabalhamos para promover acordos extrajudiciais que atendam as partes e, assim, alcançar soluções de forma mais rápida.”

Desde o segundo semestre do ano passado, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais promove audiências de conciliação entre a mineradora Vale e instituições autoras de ações, como o Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia-Geral, para tentar concluir os termos do acordo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem. Nesta sexta-feira (29/1), os envolvidos deverão concluir os últimos ajustes dos valores previstos para a indenização. Se não houver consenso, o processo será remetido à primeira instância, para tramitar regularmente.

Individualmente, alguns avanços já estão ocorrendo para reparação de danos patrimoniais e morais. A Defensoria Pública mineira já homologou junto ao TJ-MG 458 acordos firmados com a Vale,

---

beneficiando 828 pessoas com um valor total de indenização que ultrapassa R\$ 193,9 milhões.

Já no âmbito trabalhista, as famílias de trabalhadores que morreram na tragédia podem aderir, até 15 de julho deste ano, a um acordo firmado com a mineradora ainda em 2019. A conciliação realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região envolveu a Vale efetuar o pagamento de R\$ 400 milhões por danos morais coletivos, além de valores que variam de R\$ 150 mil a R\$ 500 mil para familiares, a título de indenização de danos morais individuais.

O acordo ainda prevê aos familiares o pagamento de danos materiais, plano de saúde, atendimento psicológico e psiquiátrico e auxílio-creche, bem como benefícios aos trabalhadores sobreviventes, como estabilidade no emprego por três anos. Além disso, vários processos já possuem decisões em primeira instância, envolvendo valores que já chegaram a até R\$ 250 mil em um único processo.

### **Monitoramento**

O Observatório Nacional permite acompanhar as ações judiciais e medidas extrajudiciais envolvendo a tragédia de Brumadinho e de outros casos de alta complexidade. Alguns exemplos são o caso da barragem de Mariana (MG), o incêndio da Boate Kiss, o caso Pinheiro, em Maceió (AL), a pandemia da Covid-19 e outros.

A conselheira do CNJ Maria Tereza Uille destaca que a iniciativa promove a integração institucional dos órgãos do sistema de Justiça, elaborando estudos e propondo medidas concretas de aperfeiçoamento. “Atuamos com questões que causaram grandes impactos e afetaram a vida de inúmeras pessoas. Então, buscamos acelerar a construção de soluções para que os atingidos tenham condições de retomarem suas vidas.”

Além de detalhamento dos processos que tramitam na Justiça, as decisões já proferidas e os acordos em curso, o portal disponibiliza a relação de estudos e medidas extrajudiciais implementadas para acelerar a resolução dos processos.

A atuação do Judiciário nos casos pode ser acompanhada por gráficos que mostram os processos abertos, sentenças proferidas e as ações onde se buscam a obtenção de acordos. A página disponibiliza também *timelines*, com seleção cronológica do noticiário veiculado sobre cada tema, além de artigos que abordaram os casos monitorados. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

### **Date Created**

27/01/2021